

**RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO
90029/2025**

AO INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

UASG: 158134

Recorrente: **RECICLART LICITAÇÕES, CONTRATOS, ASSESSORIAS, ENGENHARIA & SERVIÇOS**. Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.652.205/0001-39, com sede na **Rua Alexis Carrel, 32, Galpão 6, Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ, CEP 23028-130**, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **GUILHERME DE MEDEIROS ELIAS**.

Recorrida: **A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**. Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.291.154/0001-18.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A empresa **RECICLART LICITAÇÕES, CONTRATOS, ASSESSORIAS, ENGENHARIA & SERVIÇOS**, licitante devidamente credenciada no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que habilitou a empresa **Recorrida** para os itens 01, 102, 103 e 104, por manifesta e frontal **violação às regras do instrumento convocatório e à legislação vigente, bem como por ter prestado declaração falsa no sistema Compras.gov.br, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos.**

2. DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços visando à aquisição de:

01: ACESSÓRIO DE ROBÓTICA: TIPO: RODA COM PNEU PLÁSTICO, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS DE ROBÓTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIAMETRO DE 68MM, LARGURA DE 26 MM, FURO CENTRAL.

102: PLACA CONTROLADOR DO TIPO ARDUINO: PADRÃO INTERFACE: ARDUINO MEGA 2560, CONECTORES: 54 PINOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DIGITAIS, COMPONENTES: FONTE ALIMENTAÇÃO EXTERNA E CONEXÃO USB, PROCESSADOR: ATMEGA2560.

103: PLACA CONTROLADOR DO TIPO ARDUINO: PADRÃO INTERFACE: ARDUINO UNO, MATERIAL: PLÁSTICO DISPOSTO BASE METAL OU MADEIRA, TECNOLOGIA: SISTEMA EMBARCADO PROGRAMÁVEL

104: PLACA MICROCONTROLADOR ESP32: APLICAÇÃO: DISPOSITIVO IOT (INTERNET DAS COISAS), MODELO: WIFI, ESP32, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEMÓRIA FLASH: 4 MB, MEMÓRIA RAM: 520 KB, COMPONENTES: BLE 4.2, Xtensa® Dual-Core 32- bit LX6.

Após a fase de julgamento, a empresa Recorrida foi declarada habilitada para os **itens supracitados**, contudo, a decisão que a considerou habilitada merece ser **integralmente reformada**.

Uma análise **pormenorizada da documentação e da conduta** da Recorrida no sistema revela **não apenas inconsistências graves que, por si sós, já justificariam sua inabilitação**, mas também a prática de ato de **extrema gravidade: a prestação de declaração manifestamente falsa no sistema Compras.gov.br, configurando fraude à licitação**.

A empresa prestou declaração falsa ao afirmar possuir um Programa de Integridade, sem apresentar qualquer documento comprobatório emitido pela CGU, induzindo a Administração a erro. Tais fatos, como se demonstrará, maculam de nulidade o ato de habilitação e exigem não apenas a desclassificação da proposta, mas também a aplicação das severas sanções previstas em lei e no presente Edital.

3. DO MÉRITO RECURSAL

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e a equipe de licitação, iremos apresentar agora o que foi **SOLICITADO** no presente Edital e seus anexos com o que a recorrida **APRESENTOU** na respectiva sessão pública.

3.1 DA GRAVÍSSIMA DECLARAÇÃO FALSA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A má-fé da empresa recorrida se revela de forma ainda mais contundente na declaração prestada no sistema Compras.gov.br. Conforme se verifica na ata da sessão, a empresa **A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** assinalou a opção de que **POSSUI PROGRAMA DE INTEGRIDADE. O próprio sistema emite um alerta claro e inequívoco sobre as consequências de tal ato:**

Imagem 01

Programa de Integridade ✕

Atenção! Caso declare que a Empresa possui Programa de Integridade, verificar se atende a legislação, [disponível para consulta](#). A declaração falsa poderá ensejar as penalidades previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, inclusive, Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Fechar

Acompanhamento seleção de fornecedores

Offline

Pregão Eletrônico N° 90029/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto

Propostas Disputa Seleção de fornecedores

1 EQUIPAMENTO , ACESSÓRIO ROBÓTICO
Exclusividade ME/EPP
Julgado e habilitado (aberto para recursos)

Ode solicitada: 89
Ode aceita: 89
Valor estimado (unitário) R\$ 9.8900

Minha proposta Todas as propostas Histórico de recursos

45.291.154/0001-18
ME/EPP
Programa de Integridade
Aceita e habilitada

A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTACAO ...
SP

Valor ofertado (unitário) R\$ 5.5000
Valor negociado (unitário) -

Chat

Proposta

Anexos

Proposta-1(1).pdf

11/07/2025 11:48:10

Proposta2.pdf

15/07/2025 09:48:47

CATALOGO DE ITENS 90029.pdf

15/07/2025 09:48:58

Proposta.pdf

15/08/2025 11:12:46

Diligências

Acompanhamento seleção de fornecedores

Offline

Pregão Eletrônico N° 90029/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto

Propostas Disputa Seleção de fornecedores

102 PLACA CONTROLADORA
Com margem de preferência
Exclusividade ME/EPP
Julgado e habilitado (aberto para recursos)

Ode solicitada: 75
Ode aceita: 75
Valor estimado (unitário) R\$ 218.6000

Minha proposta Todas as propostas Histórico de recursos

45.291.154/0001-18
ME/EPP
Programa de Integridade
Aceita e habilitada

A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTACAO ...
SP

Valor ofertado (unitário) R\$ 118.9000
Valor negociado (unitário) -
Declaração MPN/MPA Não se aplica

Chat

Proposta

Valor proposta (unitário | total)
R\$ 218.6000 | R\$ 16.395.0000

Valor ofertado (unitário | total)
R\$ 118.9000 | R\$ 8.917.5000

Valor negociado (unitário | total)

Quantidade ofertada
75

Marca/Fabricante
SPARKFUN

Modelo/Versão
ARDUINO MEGA 2560

Participação desempate ME/EPP
Não se aplica

Participação disputa final
Não se aplica

Critério de desempate utilizado no aceite da proposta
Não se aplica

Margem de preferência

País de origem do material
Estrangeiro (China)

Enquadramento
Não se aplica

Anexos

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA

Reciclart Licitações

Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil

E-mail: contato@reciclartlicitacoes.com

Telefone: (21) 98163-5564

Acompanhamento seleção de fornecedores

Pregão Eletrônico N° 90029/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



103 PLACA CONTROLADORA

Com margem de preferência

Exclusividade ME/EPP

Julgado e habilitado (aberto para recursos)

Qtde solicitada: 140
Qtde aceita: 140
Valor estimado (unitário): R\$ 78.9000

Minha proposta Todas as propostas Histórico de recursos

45.291.154/0001-18

ME/EPP

Programa de integridade

Aceita e habilitada

A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTACAO

SP

Valor ofertado (unitário): R\$ 31.9000
Valor negociado (unitário): -
Declaração MPN/MPA: Não se aplica

Chat

Proposta

Valor proposta (unitário | total)
R\$ 78.9000 | R\$ 11.046.0000

Quantidade ofertada
140

Participação desempate ME/EPP
Não se aplica

Critério de desempate utilizado no aceite da proposta
Não se aplica

Margem de preferência

País de origem do material
Estrangeiro (China)

Valor ofertado (unitário | total)
R\$ 31.9000 | R\$ 4.466.0000

Marca/Fabricante
SPARKFUN

Participação disputa final
Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)
-

Modelo/Versão
ARDUINO UNO

Anexos

Acompanhamento seleção de fornecedores

Pregão Eletrônico N° 90029/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



104 MÓDULO ELETRÔNICO

Com margem de preferência

Exclusividade ME/EPP

Julgado e habilitado (aberto para recursos)

Qtde solicitada: 135
Qtde aceita: 135
Valor estimado (unitário): R\$ 118.9300

Minha proposta Todas as propostas Histórico de recursos

45.291.154/0001-18

ME/EPP

Programa de integridade

Aceita e habilitada

A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTACAO

SP

Valor ofertado (unitário): R\$ 39.9000
Valor negociado (unitário): -
Declaração MPN/MPA: Não se aplica

Chat

Proposta

Valor proposta (unitário | total)
R\$ 118.9300 | R\$ 16.065.5500

Quantidade ofertada
135

Participação desempate ME/EPP
Não se aplica

Critério de desempate utilizado no aceite da proposta
Não se aplica

Margem de preferência

País de origem do material
Estrangeiro (China)

Valor ofertado (unitário | total)
R\$ 39.9000 | R\$ 5.386.5000

Marca/Fabricante
SPARKFUN

Participação disputa final
Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)
-

Modelo/Versão
ESP32 NODEMCU

Anexos

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA

Reciclart Licitações

Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil

E-mail: contato@reciclartlicitacoes.com

Telefone: (21) 98163-5564

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
52.138.714/0001-64 - 52.138.714 CESAR EVANGELISTA SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	20/06/2025 15:01	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
55.433.244/0001-50 - 55.433.244 MARCELO FERNANDO DO VALLE VIGAS Porte Empresa: ME ou EPP	17/06/2025 09:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
56.979.281/0001-20 - 56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO Porte Empresa: ME ou EPP	10/07/2025 08:11	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

2 / 5 | - 100% + | [Icons]

Compras.gov.br UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE
PREGÃO 90029/2025

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
57.842.708/0001-07 - 57.842.708 MARIELE BEZERRA MARTINS Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 22:47	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.437.004/0001-11 - 58.437.004 JONADABE TEIXEIRA SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 23:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
60.814.682/0001-06 - 60.814.682 AFONSO CARLOS OLIVER Porte Empresa: ME ou EPP	02/07/2025 18:24	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
51.563.164/0001-68 - A COMERCIAL MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 16:16	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
45.291.154/0001-18 - A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 19:03	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
22.011.004/0001-08 - AGRO COMERCIAL GES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 15:43	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
12.134.879/0001-43 - AIQ FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 23:23	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
71.511.349/0001-36 - AMILTON GUIMARAES E CIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 15:07	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
53.211.921/0001-60 - CAIAN LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	09/07/2025 13:30	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

Fonte: imagem extraída do próprio sistema do Comprasnet e da ATA, ao qual os fornecedores declararam estarem a par do referido Edital.

Ocorre que a empresa **NÃO APRESENTOU QUALQUER DOCUMENTO** que comprove a existência de um Programa de Integridade, **muito menos o certificado emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU), que é o órgão competente para tal validação no âmbito federal conforme exigido em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/programa-de-integridade-da-cgu>, que seria o único meio idôneo para tal validação.**

Trata-se de uma **DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE FALSA, um artifício para**

ReciclaRT Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA
ReciclaRT Licitações
Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil
E-mail: contato@reciclaartlicitacoes.com
Telefone: (21) 98163-5564

obter vantagem indevida no certame, talvez visando um critério de desempate ou simplesmente para aparentar uma conformidade que não possui. Tal conduta é de uma gravidade ímpar e atenta contra a lisura do processo licitatório. Esta conduta não é um mero equívoco.

A **Lei nº 14.133/2021** é rigorosíssima com esse tipo de comportamento, tipificando-o como **infração administrativa gravíssima:**

Art. 155, X, da Lei nº 14.133/2021

- *O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: (...) **X - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; XI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;***

A sanção para tal ato **não pode ser branda.** O artigo 156 da mesma lei prevê a **penalidade máxima.**

Art. 156, da Lei nº 14.133/2021

- ***Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: (...) IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.***

Esta conduta **não é um mero equívoco.** **É um ato deliberado para induzir a Administração Pública a erro, configurando a infração gravíssima de fraude à licitação (art. 155, X, da Lei 14.133/21) e, em tese, o crime de Falsidade Ideológica,**



RECICLART LICITAÇÕES
CONTRATOS, ASSESSORIAS,
ENGENHARIA & SERVIÇOS

previsto no art. 299 do Código Penal.

Art. 299 do Código Penal

- *Omitir, em documento público ou particular, **declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.***

O Tribunal de Contas da União (TCU) é rigoroso ao tratar de declarações falsas, conforme se depreende dos seguintes julgados:

Acórdão TCU nº 1785/2021 – Plenário

- *"A apresentação de documentos com informações **falsas ou inverídicas configura ilícito passível de sanções administrativas e comunicação aos órgãos competentes para apuração de eventual ilícito penal.**"*

Acórdão TCU nº 1611/2019 – Plenário

- *"**Constitui grave infração à legislação licitatória a declaração ou apresentação de documentos com conteúdo falso, especialmente quando utilizados para obtenção de vantagem em certames públicos.**"*


A conduta da recorrida é um atentado à boa-fé e à lisura do certame, exigindo uma resposta firme e exemplar desta Administração Pública. Reforçamos, também, com o que diz expressamente o Edital do referido Pregão Eletrônico:

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA
Reciclart Licitações
Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil
E-mail: contato@reciclartlicitacoes.com
Telefone: (21) 98163-5564



RECICLART LICITAÇÕES
CONTRATOS, ASSESSORIAS,
ENGENHARIA & SERVIÇOS

Imagem 02

5 / 58 | - 100% + | 

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

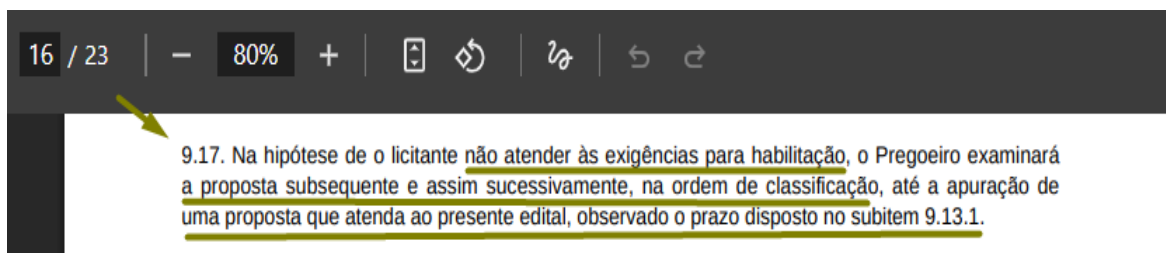
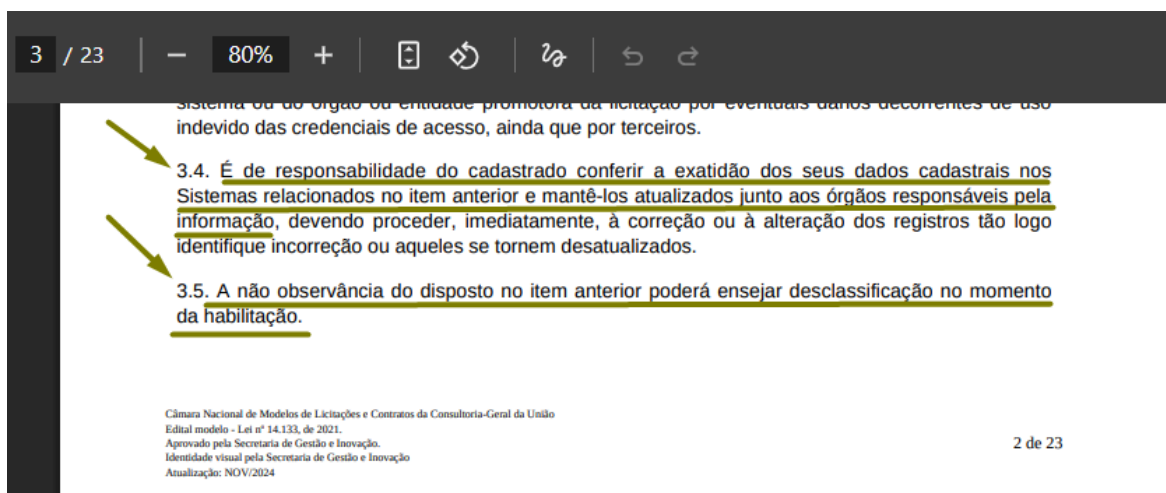
- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d" de 1% (um por cento) por dia

Fonte: tópicos extraídos do referido Edital e/ou Termo de Referência do respectivo processo licitatório.

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e equipe de licitação, reforçamos o que consta nos tópicos **3.4, 3.5 e 9.17** do Edital e seus anexos do referido Pregão.

Imagem 03



Fonte: tópicos extraídos do referido Edital e/ou Termo de Referência do respectivo processo licitatório.

4. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DOUTRINA, ACÓRDÃOS E DA LEI

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e equipe de licitação, apresentamos definições acerca da vinculação ao edital e entendimentos segundo a doutrina, acórdãos e da Lei 14.133/2021:

- “A vinculação ao edital significa que a **Administração e os licitantes** ficam **SEMPRE** adstritos aos termos do pedido ou do permitido no **instrumento convocatório da licitação**, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se **OBRIGATÓRIAS** para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive



RECICLART LICITAÇÕES

para o Órgão ou entidade licitadora. ASSESSORIAS,
& SERVIÇOS

4.1 DA IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO

Segundo a doutrina, o edital funciona como a "lei interna" da licitação. Este entendimento é amplamente aceito por autores como Hely Lopes Meirelles, que enfatiza que o edital é a norma que rege todo o procedimento licitatório, estabelecendo direitos e deveres tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública. Qualquer desvio do que foi estabelecido no edital pode comprometer a transparência, a isonomia e a segurança jurídica do processo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro também reforça esse conceito, destacando que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos pilares para a manutenção da moralidade e da legalidade na administração pública. O cumprimento estrito das regras editalícias evita que a Administração Pública aja de maneira discricionária, o que poderia resultar em favorecimentos indevidos ou em prejuízo aos demais participantes do certame.

A Lei nº 14.133/2021, que substitui a antiga Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), reforça a importância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório em diversos dispositivos. O artigo 5º, por exemplo, traz explicitamente que os procedimentos de licitação devem seguir rigorosamente as normas estabelecidas no edital:

Art. 5º As licitações serão processadas e julgadas com estrita observância dos princípios básicos da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e nos termos desta Lei e das normas pertinentes.

O edital é a lei interna da licitação. Ele estabelece as regras do jogo, e tanto a Administração quanto os licitantes estão vinculados. Esse princípio decorre da legalidade, da impessoalidade e da isonomia, que regem a Administração Pública.

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA

Reciclart Licitações

Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil

E-mail: contato@reciclartlicitacoes.com

Telefone: (21) 98163-5564



RECICLART LICITAÇÕES
CONTRATOS, ASSESSORIAS,
ENGENHARIA & SERVIÇOS

Acórdão 173/2007-Plenário

- "O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições estabelecidas no edital. **A proposta em desacordo com as especificações do objeto licitado deve ser desclassificada.**"

Acórdão 242/2008 – Plenário

- "O edital é a lei interna da licitação, cujas regras **devem ser observadas tanto pela Administração quanto pelos licitantes**, em respeito aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia."

O pregoeiro, como agente de contratação, tem o dever de conduzir o procedimento licitatório em **estrita conformidade com o edital. Desvios do edital podem comprometer a legalidade do certame e gerar prejuízo ao erário.**

Acórdão 1253/2011 – Plenário

- "O pregoeiro deve conduzir o procedimento licitatório em **estrita conformidade com as disposições do edital, sob pena de nulidade do certame.**"

A **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) **reforça a vinculação ao edital em diversos dispositivos.**

Art. 9, § 2º, da Lei nº 14.133/2021

- "É **VEDADO** aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o

caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de itens isolados."

Art. 25, da Lei nº 14.133/2021

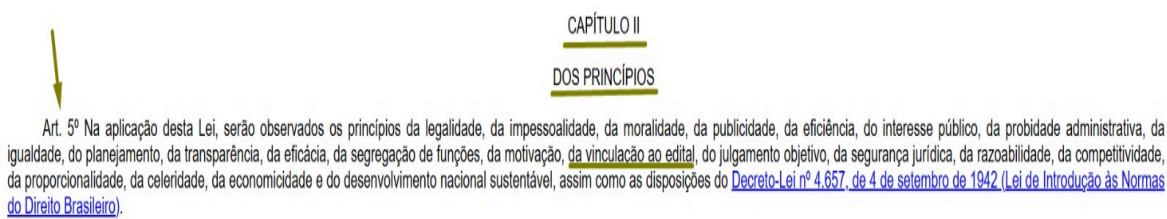
- **"O processo de licitação observará as seguintes fases: [...] VI - homologação." (A homologação é o ato que aprova todo o procedimento, atestando sua conformidade com o edital).**

O descumprimento das regras do edital pode levar à anulação do procedimento licitatório, à responsabilização do agente de contratação e a outras sanções.

Acórdão 957/2007 – Plenário

- **"A inobservância das normas editalícias acarreta a nulidade do procedimento licitatório, desde que comprovado o prejuízo ao erário ou ao interesse público."**

Imagem 4



Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em 22 de agosto de 2025.

5. DA CONDUTA DO PREGOEIRO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e equipe de licitação, reforçamos que **o descumprimento das regras do edital pode levar à anulação do procedimento licitatório, à responsabilização do agente de contratação e a outras sanções.**

Reciclar Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA
Reciclar Licitações
Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil
E-mail: contato@reciclarlicitacoes.com
Telefone: (21) 98163-5564

Acórdão 957/2007 – Plenário

- *"A inobservância das normas editalícias acarreta a nulidade do procedimento licitatório, desde que comprovado o prejuízo ao erário ou ao interesse público."*

Acórdão 1729/2025 – 1ª Câmara do TCU

- *O pregoeiro não é responsável pela elaboração do edital, mas deve recusar-se a cumprir edições sabidamente ilegais, além de representar à autoridade superior. Caso contrário, pode ser responsabilizado por omissão e infração aos deveres funcionais.*

Acórdão 3381/2013 – Plenário e Acórdão 2.389/2006 do TCU

- *Reafirmam que o pregoeiro não elabora o edital; porém, se contribui com atos ilícitos ou omissivos na condução do certame, deve ser responsabilizado.*

Acórdão 7477/2024 – 2ª Câmara do TCU

- *Responsabilizou pregoeiros e agentes de contratação por desclassificar propostas por inexecutabilidade sem diligência, caracterizando erro grosseiro e podendo gerar responsabilidade por danos.*

Informativo do TCE-MG 171

- *Aplicou multa ao pregoeiro e ao subscritor do edital por seguir certame com vícios claros, mesmo diante de alerta jurídico; detentores podem sofrer sanção mesmo que a homologação posteriormente ocorra."*

5.1 DA DOUTRINA

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e equipe de licitação, destacamos consoante a parte doutrinária elaborada por renomados doutrinadores no estudo do direito:

Miguel Bertoldo (Migalhas)

- “Pregoeiro pode sofrer multa do TCU (Arts. 57 e 58, Lei 8.443/92) se a causalidade entre sua conduta e danos aos cofres públicos for demonstrada.”

Cid Capobianco (IBEGESP)

- “Precipitar decisões sem diligência, como desclassificar propostas sem verificação robusta, pode configurar erro grosseiro, trazendo responsabilização administrativa.”

Renato Saeger (Jus Navigandi)

- “Mesmo não responsáveis por vícios pré-edital, pregoeiros e membros da comissão respondem solidariamente caso atuem com vícios graves ou ilegais na fase externa.”

Hely Lopes Meirelles, Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Zanella Di Pietro

- “Reforçam que os servidores têm dever funcional de obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. O pregoeiro está adstrito ao edital, mas também deve ser o guardião dos princípios, sob pena de infração funcional (Lei 8.112/90, art. 116).”

6. DO PEDIDO

Excelentíssimo(a) senhor(a) pregoeiro(a) e equipe de licitação, à luz do Edital e Termo de Referência que conduzem e norteiam o respectivo Pregão 90029/2025 e, com base aos princípios da isonomia, legalidade, eficiência, vinculação ao edital, jurisprudências, doutrina e textos da Lei 14.133/2021 e demais instrumentos jurídicos presentes no recurso administrativo, conforme evidenciado no presente documento foram apresentadas razões que a habilitação da empresa **A2 ROBOTICS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** representada pelo CNPJ: 39.678.810/0001-37, foi feita de forma EQUIVOCADA, pois tal empresa DESCOMPRIU com o Edital e/ou Termo de Referência pela falsa afirmação de alegar que desenvolve o Programa de Integridade sem, sequer, apresentar o documento oficial emitido pela Controladoria Geral da União (CGU) e descumpridos com as exigências na fase de habilitação conforme exigido no Edital.

Diante do exposto e com base nos fatos e fundamentos apresentados, a recorrente solicita a Vossa Senhoria e a presente comissão de licitação:

- a) O CONHECIMENTO E TOTAL PROVIMENTO do presente Recurso Administrativo;
- b) A reforma da decisão que habilitou a empresa Recorrida, para que seja declarada sua INABILITAÇÃO do certame, com base nas graves irregularidades apontadas;
- c) A COMUNICAÇÃO IMEDIATA dos fatos ao setor jurídico deste órgão para avaliação da prática de fraude à licitação e do crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal);



RECICLART LICITAÇÕES

d) A instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR** para apurar a conduta da empresa Recorrida, aplicando-lhe, ao final, a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública, nos termos do **art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da declaração falsa prestada;**

e) A **RETOMADA** do julgamento do **itens 01, 102, 103 e 104**, convocando-se os **próximos licitantes na ordem de classificação para que se obtenha a proposta que atenda integralmente ao edital.**

Por fim, com boa-fé e à luz da jurisdição, doutrina, do edital, termo de referência e os fundamentos no presente documento, pedimos deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2025.

RECICLART
LICITAÇÕES,
CONTRATOS,
ASSESSORIAS,
ENGENHARIA &
SERVIÇOS
LTDA:4165220 5000139

Assinado de forma
digital por Reciclart
Licitações, Contratos,
Assessorias,
Engenharia &
Serviços
LTDA:416522050001
39 Dados: 2025.08.22
20:09:10 -03'00'

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços

CNPJ 41.652.205/0001-39

Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA
Reciclart Licitações
Rua Alexis Carrel, 32 Galpão 6 – Guaratiba, Rio de Janeiro – RJ 23028-130 Brasil
E-mail: contato@reciclartlicitacoes.com
Telefone: (21) 98163-5564



RECICLART LICITAÇÕES
CONTRATOS, ASSESSORIAS,
ENGENHARIA & SERVIÇOS